



Posicionamento
Fevereiro de 2021

Respostas à Agência Pública sobre o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda:

A mineração na região carvoeira de SC tem um passivo que inclui degradação ambiental de 6 mil hectares na superfície, 18 mil hectares subterrâneos, e 1200 quilômetros de rios contaminados, segundo o MPF. De acordo com o direito ambiental, todas as empresas da cadeia produtiva são responsáveis solidárias pelos danos causados. Tendo em vista que o complexo termelétrico de Jorge Lacerda é o destino de mais de 90% do carvão da região, e que a Engie operou essa usina nos últimos anos, a empresa entende que tem responsabilidade nessa situação? Em caso afirmativo, como auxiliou nos últimos anos a recuperar essas áreas degradadas?

A autorização para a atividade de mineração no Sul de Santa Catarina é de 1923, muito anterior à instalação do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. Foi motivada, primeiramente, pela expansão da indústria siderúrgica. Somente em 1965 a geração termelétrica passa a ter maior importância como compradora do carvão extraído na região a partir da inauguração da Sotelca, que em 1968 passa a ser propriedade da Eletrobrás, por meio das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (Eletrosul).

A ENGIE adquiriu o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda somente em 1998. Desde então, a Companhia colocou em prática inúmeras iniciativas, dentre elas: a revitalização das usinas, investindo na melhoria das caldeiras e na instalação de precipitadores eletrostáticos (filtros) para elevar o controle da emissão de gases, com retenção de 99,95% do material particulado e controle de emissões que possibilitam eficiência da queima e elimina a formação de monóxido de carbono (CO) e outros compostos a base de hidrocarbonetos; criação de uma cortina vegetal no entorno da usina; redução de estoque de carvão para redução de impacto no entorno; a recuperação de 107 hectares de área degradada; além das certificações de melhores práticas para assegurar os devidos controles ambientais das suas operações.

É importante notar que o impacto de qualquer atividade produtiva dependerá, sempre, do grau de cuidado adotado pelo operador da atividade. A lei estabelece os critérios de adequação dessas atividades. Assim, o dever de cautela impõe que não se tenha como fornecedor na cadeia de serviços o agente que não conta com o devido licenciamento ambiental.

O Direito Ambiental estabelece a responsabilidade solidária do poluidor direto e do indireto, desde que demonstrada a relação de causalidade entre o dano e a conduta do poluidor. Nesse sentido, a ENGIE sempre cumpriu as normas e leis aplicáveis à operação do CTJL, e em nenhum momento adquiriu insumo de empresas carvoeiras que não detivessem o devido licenciamento ambiental. O dever de cautela sempre foi observado pela ENGIE. Além disso, em recente decisão - no caso conhecido como caso Vicuña - paradigmática, o STJ afastou a responsabilidade, por ausência denexo causal, do mero comprador de produto de terceiro que causou o dano ao meio ambiente.

Assim, a afirmação de que respondem pelo dano todas as empresas da cadeia produtiva é incorreta. Responderão somente aqueles em relação aos quais se demonstrar (i) a ausência da observância do dever de cautela; e (ii) relação de causalidade entre o dano e a conduta desse agente, o que claramente não é o caso da ENGIE.

A ENGIE exige que a cadeia de fornecimento esteja regularizada pelos órgãos ambientais e pelo órgão que emite a concessão de minas (IMA e ANM) e esteja devidamente certificada em Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança (NBR ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001), o que requer um desempenho ambiental que ultrapassa a legislação vigente e visa uma melhoria constante dos processos.



Posicionamento Fevereiro de 2021

Além de se desfazer do complexo de Jorge Lacerda, a Engie havia anunciado a venda da usina Pampa Sul, no Rio Grande do Sul. Já há interessados neste ativo? Por que a empresa decidiu primeiro vender Jorge Lacerda?

Seguindo a estratégia global de descarbonização do Grupo ENGIE em todo o mundo, que prevê a saída das operações a carvão até 2027 em todo o mundo e até 2025 no Brasil, a ENGIE Brasil Energia iniciou em 2017 o processo de venda de seus ativos de carvão no Brasil.

Na época, as condições da negociação do CTJL não evoluíram satisfatoriamente e, em outubro de 2020, a empresa anunciou a formação de um grupo de trabalho interno para avaliar o descomissionamento faseado do Complexo até 2025. Entretanto, a partir deste anúncio, alguns potenciais compradores que manifestaram interesse em 2017 voltaram a entrar em contato com a Companhia, reafirmando a intenção de compra do ativo e, portanto, retomando a alternativa de venda.

A ENGIE Brasil Energia também detém e opera a UTE Pampa Sul, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 345 MW e cuja operação comercial integral ocorreu somente em 2019. A Companhia pretende concluir a venda do ativo no primeiro semestre de 2022. As tratativas com os interessados estão avançadas.

Qual a relevância da aprovação do Programa de Transição Energético no congresso nacional e a posterior sanção presidencial para que o negócio entre Engie e Diamante fosse selado? Seria viável fechar negócio sem a garantia de acionamento do complexo até 2040 que consta nessa lei, em demanda suficiente para consumir os contratos de carvão?

Houve uma proposta feita pela sociedade civil, debatida com MME, Aneel e a companhia, para que se utilizasse os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético para promover um projeto de transição energética que incluía estudos sobre nova economia para a região, qualificação de mão de obra para atuar em outros setores, recuperação ambiental, e talvez até indenização à companhias de mineração e à mineiros para aposentadoria. Por que isso foi abortado?

O negócio foi fechado por R\$ 325 milhões. É um valor proporcional, considerando essa perspectiva futura e os lucros de Jorge Lacerda registrados dos dois últimos anos, que somam (2019 e 2020) R\$ 262 milhões?

Qual foi o deságio oferecido pela Engie para a Fram fechar o negócio?

Diante do papel que a geração termelétrica desempenha no sistema elétrico brasileiro – e a importância do CTJL em um contexto de escassez hídrica - o Governo de Santa Catarina, Governo Federal, Ministério de Minas e Energia, prefeitos do sul catarinense, mineradoras e sindicatos, entre outros grupos, mobilizaram-se em um esforço coordenado na busca de soluções para evitar o fechamento.

O objetivo dos diferentes atores envolvidos no processo era oferecer tempo suficiente para a evolução da base do sistema elétrico, em equilíbrio com um período de transição gradual e socialmente justa para as atividades econômicas do Sul do Estado de Santa Catarina. Neste contexto, a FRAM CAPITAL, que já havia manifestado interesse no ativo, reforçou a intenção de apresentar uma proposta firme para a compra do CTJL.

Em fevereiro de 2021, a ENGIE Brasil Energia assinou um contrato de exclusividade, de 120 dias, com a FRAM CAPITAL, para realização de due diligence do ativo. Desde então, a negociação evoluiu para uma oferta vinculativa, apresentada em 3 de junho de 2021. Em função disso, a exclusividade foi prorrogada por mais 120 dias, culminando na assinatura do contrato de venda em 30 de agosto de 2021.



Posicionamento Fevereiro de 2021

O fechamento da transação aconteceu no dia 18 de outubro. O preço de aquisição de 100% da participação acionária da empresa controlada Diamante Geração de Energia, detentora do CTJL, foi de até R\$ 325 milhões, dos quais R\$ 210 milhões foram pagos no fechamento da operação e R\$ 115 milhões estão sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, as quais devem ser concretizadas até o final de 2022.

Todos os fatos que se concretizaram após a conclusão da venda podem ser mais bem esclarecidos pela FRAM Capital, na qualidade de compradora e atual detentora do CTJL.

Ambientalistas e comunidade afetada estão acusando a Engie de tentar escapar de suas responsabilidades sobre o passivo ambiental de Jorge Lacerda, com essa venda. Como a empresa responde a isso?

É importante ressaltar que, conforme mencionado anteriormente, a Agência Nacional de Mineração (ANM) tem como atribuições a outorga, fiscalização e regulação da pesquisa e produção mineral o território nacional, bem como o Instituto de Meio Ambiente (IMA) atribuição de emitir a Licença de Operação, e fiscalização das atividades quanto aos aspectos ambientais. Nesse sentido, a ENGIE sempre cumpriu as normas e leis aplicáveis à operação do CTJL, e em nenhum momento adquiriu insumo de empresas carvoeiras que não detivessem o devido licenciamento ambiental.

A ENGIE exige que a cadeia de fornecimento esteja regularizada pelos órgãos ambientais e pelo órgão que emite a concessão de minas (IMA e ANM) e esteja devidamente certificada em Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança (NBR ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001), o que requer um desempenho ambiental que ultrapassa a legislação vigente e visa uma melhoria constante dos processos.

Do ponto de vista ambiental, vale destacar ainda que o CTJL possui diversas iniciativas para reduzir as emissões de CO₂ em sua cadeia produtiva, agora capitaneadas pela empresa Diamante, de propriedade da FRAM CAPITAL. Uma delas é o reaproveitamento de cinzas na fabricação de cimento, minimizando também o uso de calcário para a produção de clínquer (um dos principais componentes do cimento).

Como a cinza representa 30% da composição do cimento, para cada tonelada de cinza utilizada evita-se a emissão de 800 quilos de CO₂. No total, são evitadas emissões de cerca de 600 mil toneladas de CO₂ por ano com o reaproveitamento das cinzas pela indústria cimenteira.

Ao longo dos últimos 15 anos, a Companhia continuou investindo em tecnologia para melhoria do desempenho ambiental do CTJL, incluindo a aquisição e instalação de precipitadores com o dobro da capacidade de filtragem anterior, bem como a execução da impermeabilização dos pátios de carvão para impedir a contaminação do solo e do lençol freático. Todos os programas ambientais são fiscalizados periodicamente pelos órgãos responsáveis e integram o escopo de certificações do CTJL.

Também foram desenvolvidos programas voltados à comunidade, incluindo o investimento de R\$ 20 milhões em um Parque Ambiental de 35 hectares de área verde, dos quais 23 hectares são destinados ao reflorestamento. Inaugurado em 18 de outubro de 2013, e contando com um Centro de Cultura que recebeu investimentos anuais para atrações, capacitações e projetos sociais, o parque tornou-se referência para os mais de 350 mil habitantes que vivem nos 18 municípios que integram a região. Além disso, instalou um Horto Florestal que já plantou mais de 15 mil mudas de 50 espécies de flores e árvores nativas no parque, além da produção de cerca de 10 mil mudas por ano distribuídas às comunidades do entorno.



Posicionamento
Fevereiro de 2021

A nova previsão de contratação de Jorge Lacerda se estende até 2040. Com as informações que a Engie tem sobre o maquinário do complexo, essa nova data é compatível com a vida útil dos equipamentos da usina?

O novo gestor, Diamante, recebeu o CTJL com melhorias contínuas em seus processos e programas, além de manutenções preventivas que garantem o uso mais eficiente dos equipamentos. As três estações de monitoramento da qualidade do ar, por exemplo, receberam investimentos para atender aos novos parâmetros em 2013.

Em novembro de 2018 foi implantado um Sistema de Monitoramento Contínuo dos Sistemas Atmosféricos para gases da mesma forma que é utilizado para material particulado, medido de forma sistemática e periódica pelo órgão ambiental do Estado de Santa Catarina. São iniciativas que reforçam os controles ambientais e operacionais.

Em 2021, a ENGIE Brasil Energia investiu na substituição de um dos rotores da turbina da unidade 7 do CTJL e adquiriu um novo rotor que ficará em estoque para futuras necessidades de manutenção. Iniciativas como essas fundamentam o compromisso da ENGIE Brasil Energia em vender um ativo onde a operação seja segura, rentável e totalmente dentro dos parâmetros legais.

Todos os fatos atuais e futuros relacionados à manutenção adequada dos equipamentos devem ser consultados junto à FRAM Capital, na qualidade de compradora e atual detentora do CTJL.

Estratégia de crescimento da ENGIE no Brasil:

A ENGIE Brasil Energia segue com sua estratégia de diversificação de portfólio com foco em renováveis, principalmente eólica e solar. Só em 2021, foram mais de R\$ 3 bilhões investidos na implantação de novos projetos. Especificamente na geração eólica, em setembro entrou em operação integral Campo Largo II, na Bahia, adicionando 361,2 MW em capacidade eólica ao portfólio. Além disso, desde o início do ano está em implantação Santo Agostinho, no Rio Grande do Norte, que será o maior conjunto eólico da ENGIE Brasil Energia, com capacidade de 434 MW.

E para garantir que toda a energia renovável produzida no Brasil alcance os centros consumidores, a ENGIE Brasil Energia investe também em infraestrutura de Transmissão, possibilitando maior estabilidade e conexão ao sistema, o que também é um fator fundamental para a transição energética.

Sobre a ENGIE

A ENGIE é referência mundial em energia e serviços de baixo carbono. Com nossos 170 mil colaboradores, clientes, parceiros e stakeholders, estamos comprometidos em acelerar a transição para um mundo neutro em carbono, através do consumo reduzido de energia e soluções mais sustentáveis. Inspirados em nosso propósito, nós conciliamos performance com um impacto positivo sobre as pessoas e o planeta nos apoiando nas nossas atividades chave (gás, energia renovável e serviços) para oferecer soluções competitivas aos nossos clientes.

No Brasil, a ENGIE é a maior empresa privada de energia do País, atuando em geração, comercialização e transmissão de energia elétrica, transporte de gás e soluções energéticas. Com capacidade instalada própria de 10 GW em 69 usinas, o que representa cerca de 6% da capacidade nacional, a empresa possui quase 97% de sua capacidade instalada proveniente de fontes renováveis e com baixas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), como usinas hidrelétricas, eólicas, solares e a biomassa.

A ENGIE é também a detentora da mais extensa malha de transporte de gás natural do país, com 4.500 km, que atravessam 10 estados e 191 municípios, graças à aquisição da TAG, concluída em 2020.

Além disso, a ENGIE está entre as maiores empresas em geração fotovoltaica distribuída e possui um portfólio completo em soluções integradas responsáveis por reduzir custos e melhorar infraestruturas para empresas e cidades, como eficiência energética, iluminação pública, monitoramento e gestão de energia. Contando com 3 mil colaboradores, a ENGIE teve no país em 2020 um faturamento de R\$ 13,3 bilhões.



Posicionamento Fevereiro de 2021

A ENGIE está presente na B3 por meio de sua empresa de geração e comercialização de energia cujo ticker é o EGIE3. Na B3, a ENGIE integra o Novo Mercado, além de ser uma das únicas companhias listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial desde o início do ISE, em 2005. Em 2021, a B3 também manteve os papéis da ENGIE no Índice Carbono Eficiente (ICO2), composto pelas ações das empresas participantes do IBrX 100 que possuem maior transparência em relação ao reporte das emissões dos GEE e de como estão se preparando para uma economia de baixo carbono.

Já o Grupo teve em 2020 uma receita de 55,8 bilhões de Euros e é negociado nas bolsas de Paris e Bruxelas (ENGI), sendo representado nos principais índices financeiros ((CAC 40, Euronext 100, FTSE Eurotop 100, MSCI Europe) e índices não financeiros (DJSI World, DJSI Europe, Euronext Vigeo Eiris – Eurozone 120/Europe 120/France 20, MSCI EMU ESG, MSCI Europe ESG, Euro Stoxx 50 ESG, Stoxx Europe 600 ESG, e Stoxx Global 1800 ESG).

Informação para Imprensa | Edelman Brasil

Camila Holgado – camila.holgado@edelman.com – +55 11 99972 4062

Adrieli Garzim – adrieli.garzim@edelman.com – +55 11 97406 8751

Camila Cordeiro – camila.cordeiro@edelman.com